



B216

Desenvolvimento e capital social: como os futuros administradores percebem a sustentabilidade do modelo chinês

Janaina Macke

Universidade de Caxias do Sul – UCS

Centro de Ensino Superior Cenecista de Farroupilha - CESF

Magda Medianeira Reginato Bassanesi

Universidade de Caxias do Sul – UCS

Gabriela Demori

Universidade de Caxias do Sul – UCS

Resumo: Quais fatores são necessários para garantir – ou pelo menos aumentar as chances - de um desenvolvimento sustentável? Como argumentar em favor do desenvolvimento local quando estamos diante de um crescente processo de globalização? A ênfase no desenvolvimento local vem sendo objeto de muitas interpretações e valorações. Neste estudo, o desenvolvimento local é entendido como uma concepção que vai além do mercado, resultante das relações entre atores (conflito, competição, cooperação e reciprocidade), interesses e projetos de natureza social, política e cultural. Além disso, recebe destaque o capital social, elemento fundamental para o desenvolvimento local sustentável. Neste sentido, frente à questão global, destacamos um dos principais temas da economia atual: a emergência da China como importante *player* da cadeia global de fornecimento de serviços e produtos. Como o Brasil – na figura de nossos estudantes de administração e, portanto, futuros administradores - espera responder a este desafio? As descobertas apontam para uma maior preocupação dos estudantes com a dimensão econômica do desenvolvimento, em detrimento da dimensão sócio-cultural o que pode explicar, ao menos em parte, a dificuldade de construir alternativas próprias que levem em conta a dinâmica social brasileira.

Área temática: Gestão internacional e aspectos multiculturais.

Palavras-chaves: capital social, desenvolvimento local, China.

Développement et capital social : comment les futurs administrateurs perçoivent-ils la durabilité du modèle chinois ?

Résumé : Quels facteurs sont nécessaires pour garantir, ou du moins augmenter les chances d'un développement durable ? Comment argumenter en faveur du développement local quand on est face à un processus croissant de mondialisation ? L'importance du développement local est l'objet de plusieurs interprétations et mises en valeurs. Dans cette étude, le développement local est compris comme une conception qui va au-delà du marché et qui résulte des rapports entre les acteurs (le conflit, la compétition, la coopération et la réciprocité), les intérêts et les projets de nature sociale, politique et culturelle. D'autre part, le capital social est un élément fondamental pour le développement local durable. Face à la question de la mondialisation, un des principaux sujets de l'économie actuelle est mis en avant : l'émergence de la Chine comme acteur important de la chaîne mondiale de fourniture de services et de produits. Comment le Brésil – du point de vue de ses étudiants d'administration, et donc futurs administrateurs – se situe-t-il par rapport à ce défi ? Les découvertes indiquent une préoccupation plus grande des étudiants pour la dimension économique du développement, au détriment de la dimension socioculturelle. Cela peut expliquer, du moins en partie, la difficulté à construire des alternatives qui prennent en compte la dynamique sociale brésilienne.

Champ thématique : Gestion internationale et aspects multiculturels.

Mots-clés : capital social, développement local, Chine.



1 Introdução: Por que desenvolvimento local e capital social?

A literatura acadêmica que trata do tema capital social parte, de modo geral, da constatação de que as variáveis econômicas não são suficientes para produzir o desenvolvimento sustentável. Com isso, para além do significado econômico, o termo capital social tem sido usado em diferentes áreas. Na avaliação de projetos de desenvolvimento, a partir dos anos 90, o Banco Mundial passou a distinguir quatro formas de capital: *capital natural*, o qual representa os recursos naturais de um local; *capital financeiro*, expresso em infra-estrutura, bens de capital, capital financeiro e imobiliário; *capital humano*, definido pelos graus de saúde, educação e nutrição e; *capital social*, o qual expressa a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com o objetivo de produzir bens coletivos (ARAÚJO, 2003).

O crescimento econômico não produz necessariamente desenvolvimento. Nem tampouco, a relação entre variáveis econômicas e o grau de desenvolvimento local é direta. O desenvolvimento local envolve fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam exclusivamente pelo sistema de mercado. O crescimento econômico é, sem dúvida, um elemento essencial ao desenvolvimento; contudo, não é suficiente.

O desenvolvimento local é marcado pelo contexto em que se situa e pode ser considerado como o “conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais – vistas sob a ótica intersetorial e trans-escalar – que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local” (MILANI, 2004, p.1). Trata-se de um processo orgânico, portanto, não padronizado, uma vez que envolve comportamentos e valores locais.

O local compreende um entorno eco-socioterritorial, onde os recursos de capital social disponíveis podem levar à construção das múltiplas dimensões do desenvolvimento – social, político, ambiental, cultural, tecnológico e institucional (SILVEIRA, BOCAJUVA e ZAPATA, 2001). Assim sendo, é fundamental pensar o desenvolvimento local como um projeto que vai além do mercado; como resultado das relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores, interesses e projetos da natureza social, política e cultural (MILANI, 2004).

Nesta visão, o desenvolvimento local pressupõe um novo paradigma de desenvolvimento humano, o qual se apóia em resultados em quatro dimensões: (i) dimensão econômica – resultante de ações tais como: capacidade de articular fatores produtivos endógenos, para gerar oportunidade de trabalho e renda, fortalecimento das cadeias produtivas locais e integração de redes de pequenas empresas; (ii) dimensão sócio-cultural – busca de maior equidade social, através da maior participação do cidadão nas estruturas de poder; (iii) dimensão político-institucional – construção de políticas negociadas entre governo, mercado e sociedade civil, favorecendo as transformações da economia e o resgate da cidadania; e finalmente (iv) dimensão ambiental – onde o meio ambiente é visto como um ativo do desenvolvimento, partindo do princípio da sustentabilidade ambiental (SILVEIRA, BOCAJUVA e ZAPATA, 2001, p. 42). Nesta definição vemos que o capital social faz parte da dimensão sócio-cultural.

No entanto, poderíamos perguntar: como defender o desenvolvimento local, quando vemos que a sociedade está cada vez mais sob os efeitos da globalização da economia e dos mercados? De que forma as questões macro podem limitar ou, pior, inviabilizar iniciativas locais de desenvolvimento? Até que ponto é possível falar em desenvolvimento local? Existe o desenvolvimento local independente das condições globais?

Se de um lado, as transformações sócio-produtivas desterritorializam empresas e empregos, desestruturam antigos padrões de contratos, fragmentam lugares e precarizam as relações de trabalho (SILVEIRA, BOCAJUVA e ZAPATA, 2001), por outro, fazem nascer novas formas de cooperação e de arranjos produtivos, nos quais se destacam elementos



como flexibilização e cooperação. Sendo o “local” um espaço de reconstrução de identidades e vínculos, ele se configura “como um campo de resposta necessário e insubstituível” (SILVEIRA, BOCAUYVA e ZAPATA, 2001, p. 26) no desafio de construir uma comunidade fortalecida.

A ruptura da ordem social em cuja base encontra-se também a ruptura da base técnica, não é um fenômeno novo. Desde o início da Revolução Industrial, as sociedades estão sujeitas a um processo inexorável de modernização, à medida que uma base produtiva substitui a outra.

Sendo assim, desenvolver-se em uma nova base produtiva requer atenção com variáveis que vão além da dimensão econômica. Perceber, por exemplo, a importância de elementos sócio-culturais para a competitividade é fundamental para que o desenvolvimento aconteça em bases realmente sólidas.

Neste sentido, os objetivos deste estudo – de caráter exploratório – são: (i) argumentar em defesa de uma visão ampliada do desenvolvimento, com destaque para a dimensão sócio-cultural, a qual inclui o capital social como elemento chave; e (ii) analisar em que medida um grupo de estudantes brasileiros de administração – futuros gestores – estão percebendo a importância de ir além da questão econômica na análise do desenvolvimento, e, assim, construir uma tentativa de resposta à crescente concorrência global, em especial dos produtos chineses.

Para tanto, iniciaremos nossa discussão sobre o vínculo do capital social, como principal elemento sócio-cultural para o desenvolvimento local sustentável.

2 Desvendando o capital social: conceitos e dimensões

As comunidades que possuem alto nível de capital social são chamadas de comunidades cívicas. Numa comunidade cívica os cidadãos buscam, nas palavras de Tocqueville (apud PUTNAM, 2002, p. 102), o “interesse próprio corretamente entendido”, ou seja, um interesse definido a partir do contexto das necessidades públicas, um interesse próprio que é esclarecido e sensível aos interesses dos outros. As principais características da comunidade cívica são: (i) direitos e deveres iguais para todos; (ii) a comunidade é unida, em grande parte, por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, enquanto relações verticais de autoridade e dependência são pouco presentes; (iii) seus líderes consideram-se responsáveis por seus concidadãos; (iv) há uma ampla participação dos cidadãos no governo; (v) prevalece o espírito público entre os cidadãos e (vi) predominam as relações de confiança entre os membros (PUTNAM, 2002).

As normas de reciprocidade e os sistemas de participação cívica são a chave da prosperidade gerando círculos virtuosos de estímulo ao civismo. Estes círculos virtuosos a que Putnam (2002) se refere são caracterizados pela produção de capital social. O autor utiliza a definição de capital social, segundo Coleman (1990):

Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse (...). por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança (...). Numa comunidade rural (...) onde o agricultor ajuda o outro a enfardar o seu feno e onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamento (COLEMAN, 1990 apud PUTNAM, 2002, p. 177).

O capital social pode aparecer sob muitas formas – confiança, normas e cadeias de relações sociais – e todas estas formas são recursos cuja oferta aumenta com o uso, em



vez de diminuir e que se esgotam se não forem utilizados (HIRSCHMAN, 1984). Contudo, a falta de confiança é difícil de ser eliminada, pois impede que as pessoas tenham uma experiência social adequada e induz atitudes que valorizam a própria desconfiança. “Logo se torna impossível saber se era de fato justificada, pois ela tem a capacidade de *satisfazer a si própria*” (COLEMAN, 1990 apud PUTNAM, 2002, p. 179).

O capital social traz conseqüências para a ação (NAHAPIET e GHOSHAL, 1998; PUTNAM, 2002). Uma conseqüência é aumentar a eficiência da ação; inclusive Putnam (2002) sustenta que altos níveis de confiança reduzem o oportunismo e a necessidade de custos de monitoramento ao longo do processo. Outra conseqüência está relacionada ao encorajamento do comportamento cooperativo, através do incentivo em desenvolver novas formas de organização (PUTNAM, 2002). O conceito de capital social é, portanto, fundamental para o entendimento da dinâmica institucional, da inovação e da criação de valor (NAHAPIET e GHOSHAL, 1998).

Indivíduos perfeitamente racionais podem produzir, sob determinadas circunstâncias, resultados que não são “racionais”, do ponto de vista de todos aqueles que estão envolvidos. A questão é que mesmo que nenhuma das partes queira prejudicar a outra e mesmo que estejam dispostas a cooperar, não há garantias de que ninguém irá “roer a corda”, se não houver um compromisso que possa ser cobrado. E ainda: cada um sabe que o outro se encontra na mesma situação. Para que exista cooperação é preciso não só confiar nos outros, mas também acreditar que se goza da confiança dos outros (GAMBETTA, 1988 apud PUTNAM, 2002).

Um dos principais problemas é a falta de punição para quem deserta: como ter certeza que o outro não faltará à palavra? A informação precisa e a possibilidade de executar uma determinada ação são fundamentais para uma efetiva cooperação.

O desempenho de todas as instituições sociais depende de como estes problemas são resolvidos. Se os atores sentem-se incapazes de assumir compromissos entre si, eles têm que renunciar a muitas oportunidades de proveito mútuo. E neste ponto é importante destacar o papel do Estado. O Estado possibilita aos seus cidadãos fazerem aquilo que não podem fazer por conta própria - confiarem uns nos outros (PUTNAM, 2002).

Desde o surgimento do conceito de capital social, ele vem sendo utilizado para explicar uma série de fenômenos sociais. Grande parte das pesquisas tem focado o papel do capital social no desenvolvimento do capital humano (COLEMAN, 1988 e LOURY, 1977, apud NAHAPIET e GHOSHAL, 1998), no desempenho econômico (BAKER, 1990, apud NAHAPIET e GHOSHAL, 1998), no desenvolvimento de regiões (PUTNAM, 2002) e de países (FUKUYAMA, 1996).

A proposição central da teoria sobre capital social é que as redes de relacionamentos constituem um importante recurso na condução dos assuntos sociais, proporcionando a seus membros um capital coletivo, (“*collectivity-owned capital*”), uma espécie de credencial, que provém crédito nos vários sentidos da palavra (BOURDIEU, 1986 apud NAHAPIET e GHOSHAL, 1998, p. 243).

Grande parte deste capital está relacionada às redes de conhecimento e reconhecimento mútuo, as quais envolvem sentimentos de gratidão, respeito e amizade. Contudo, também é possível encontrar capital social sob a forma de *status* e reputação social (BOURDIEU, 2003a; 2003b), usualmente, quando o pertencimento à determinada rede for algo restrito. Outros recursos podem ser avaliados através das conexões da rede, como os laços fracos (“*weak ties*”) (PUTNAM, 2002; NAHAPIET e GHOSHAL, 1998) e os amigos dos amigos (“*friends of friends*”) (BOISSEVAIN, 1974, apud NAHAPIET e GHOSHAL, 1998). Baker (1990 apud NAHAPIET e GHOSHAL, 1998) limita a definição de capital social à estrutura das redes de relacionamento, enquanto outros autores, entre eles Bourdieu (2003a; 2003b) e Putnam (2002), incluem em suas definições os recursos reais e potenciais que podem ser acessados através destas redes.

Para Nahapiet e Ghoshal (1998, p. 243) o “capital social é a soma dos recursos reais e potenciais envolvidos, avaliados e derivados das redes de relacionamento tidas por um



indivíduo ou unidade social”. Já para Putnam (2002), o capital social é um atributo do tecido social, que normalmente constitui um bem público, ao contrário do capital convencional, que usualmente é um bem privado.

Mas qual exatamente é a relação entre o capital e a competitividade de uma nação? Sabemos que a atividade econômica representa uma parte crucial da vida social e que se entrelaça com uma variedade de normas, regras, obrigações morais e hábitos que juntos moldam a sociedade. Examinando a vida econômica, vemos que o “bem-estar de uma nação, bem como sua capacidade de competir, é condicionado a uma única e abrangente característica cultural: o nível de confiança inerente à sociedade” (FUKUYAMA, 1996, p. 21).

As comunidades onde a confiança está presente são constituídas, não à base de regras e regulamentos explícitos, mas em função de uma série de hábitos éticos e obrigações morais recíprocas compartilhados por todos os membros da mesma. Para Fukuyama (1996, p. 41), confiança é

a expectativa que nasce no seio de uma comunidade de comportamento estável, honesto e cooperativo, baseado em normas compartilhadas pelos membros dessa comunidade. Essas normas podem ser sobre questões de ‘valor’ profundo, como a natureza de Deus ou da justiça, mas também compreendem normas seculares, como padrões profissionais e códigos de comportamento (FUKUYAMA, 1996, p. 41).

“A confiança desonera os negócios, agiliza operações, produz resultados mais rápidos. Confiar é bom – quando há cultura de confiança. E quando não há? Podemos criá-la a partir de um projeto deliberado? Ou estamos limitados, predestinados pela cultura?” (ARAUJO, 2003, p. 18).

Como resposta a estes questionamentos recorremos a Putnam (2002). Segundo o autor, a confiança pode ser construída a partir de duas fontes: das regras de reciprocidade e dos sistemas de participação cívica. As regras de reciprocidade podem ser expressas quando alguém se sente obrigado a retribuir um favor e quando vemos a aplicação de regras de constrangimento social, definidas de forma clara para quem não coopera ou transgredir alguma norma. Já os sistemas de participação cívica dizem respeito à atuação em associações voluntárias ou não, como associações de bairros, grupos de lazer, sindicatos, partidos políticos, cooperativas, entre outros. Essa participação representa possibilidades de relações horizontais, de sentimentos de pertença e fortalecem a cooperação em situações futuras. Assim, na chamada comunidade cívica, “o contrato que mantém a cooperação é um contrato moral. A sanção para quem transgredir não precisa ser penal: pode ser a exclusão da rede de sociabilidade e de cooperação” (ARAUJO, 2003, p.19).

Sendo a confiança um componente básico do capital social e levando-se em conta que para gerar confiança é necessária a presença de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica, então é possível afirmar que os três fatores acima – confiança, regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica – devem estar inter-relacionados na produção de capital social.

Os impactos da confiança se fazem sentir na economia. Segundo Putnam (2002), a economia está permeada pela cultura e depende dos valores morais e da confiança social: são os códigos não-escritos e não-falados que permitem que o cidadão minore os custos de transação, pratique a criatividade e aja coletivamente.

A habilidade de formar organizações não depende somente de aspectos formais, como contratos – e, sim de aspectos morais, não explicitados em normas escritas. Em suma, depende do capital social de cada sociedade; da capacidade dos membros para interagir com confiança. Quando a desconfiança é grande, os indivíduos tendem a se proteger na família; quando é pequena tendem a ampliar suas relações horizontais e conseqüentemente, seus negócios. A existência de grandes corporações está diretamente



ligada aos níveis de confiança existentes para além das fronteiras familiares – ou seja, nas relações horizontalizadas (ARAUJO, 2003).

Dessa forma, uma sociedade onde as relações de confiança e associativismo não estão fortalecidas tem duas opções para construir organizações econômicas de larga escala: (i) usar o Estado como promotor de desenvolvimento – como fazem Brasil, Taiwan, França, entre outros; (ii) recorrer a investimentos estrangeiros – como é o caso de Cingapura, Malásia e Tailândia (ARAUJO, 2003).

Vemos que é preciso, portanto, fomentar no Brasil uma cultura de atuação em redes – envolvendo o Estado, a sociedade civil e o mercado -, na qual será possível desenvolver o local, partindo da construção de alternativas de ações baseadas no saber compartilhado, na experiência coletiva e no poder da participação dos diferentes atores.

3 Analisando a sustentabilidade do desenvolvimento chinês

O crescimento econômico chinês não pode mais ser questionado, pois é fato. Mas por quanto tempo a China terá condições de sustentar o desenvolvimento vislumbrado pelos investidores e gestores de empresas com atuações internacionais? Para tentar responder a esta questão serão analisadas as quatro dimensões, destacadas anteriormente – dimensão econômica, dimensão sócio-cultural, dimensão político-institucional e dimensão ambiental (SILVEIRA, BOCAJUVA e ZAPATA, 2001, p. 42).

O desenvolvimento chinês está bem posicionado no que tange às dimensões econômica e político-institucional, pois o Governo – adotando um regime “socialista de mercado”-, tem sido prodigioso em prover condições favoráveis aos empreendimentos neste país, oportunizando trabalho e renda para a população. Neste sentido, Gohn (1999) destaca que as reformas ocorridas na China, embora tenham provocado uma grande desorganização na sociedade chinesa, também, trouxeram várias melhorias, principalmente na renda. Um indicador que pode ser utilizado para analisar esta mudança é a renda per capita da China, que de US\$ 195, em 1990 (GOHN, 1999), saltou para US\$ 930, em 2000, e US\$ 1740, em 2005 (BANCO MUNDIAL, 2006).

O crescimento econômico chinês também pode ser analisado observando aspectos como a média de investimentos estrangeiros diretos, que na década de 80 era de menos de US\$ 5 bilhões por ano, enquanto durante a década de 90 esse número aumentou para quase US\$ 30 bilhões. Já em 2004, o total dos investimentos foi pouco mais de US\$ 60 bilhões, de acordo com o Ministério do Comércio da China. Em 11 de dezembro de 2001, a China entrou para a Organização Mundial do Comércio, o que colaborou para o processo de integração do país à economia mundial (CHRISZT e WHISLER, 2006).

Para fazer inferências sobre o desenvolvimento da China, no entanto, não basta considerar apenas as dimensões econômicas e político-institucionais. É necessário considerar as demais dimensões – ambiental e sócio-cultural -, sendo estas as que terão um maior destaque neste trabalho.

Quanto à dimensão ambiental, é necessário destacar que a China tem apresentado índices alarmantes de poluição, que comprometem o seu desenvolvimento. Neste sentido, sustentável parece não ser uma palavra adequada para definir as atuais condições ambientais no país. Provavelmente, insustentável seria a definição usada pelos habitantes das grandes cidades chinesas, pois o país já é considerado o segundo maior emissor global de gases responsáveis pelo efeito estufa, sendo previsto que se torne o primeiro, ultrapassando os Estados Unidos. Nesta questão, o governo chinês tem consciência da importância de atuar na busca por soluções para os problemas ambientais, os quais foram agravados a partir do desenvolvimento econômico dos últimos anos.

Abranches (2006) destaca que a poluição, tanto do ar, da água e de resíduos sólidos custou à China US\$ 61 bilhões, em 2004, o que correspondeu a 3% do PIB chinês, o que nos mostra o impacto econômico da crise ambiental, calculado a partir de um conjunto de indicadores ambientais e de pesquisas em empresas de todos os setores importantes da economia. O autor, também, enfatiza que o governo, teve a primeira grande iniciativa no



sentido de tratar a questão, ao publicar um documento oficial sobre o assunto. Neste documento, a conclusão é que o crescimento da China está no mínimo 20% acima do sustentável, tanto ambientalmente, quanto do ponto de vista da disponibilidade de recursos, o que faz com que o Governo assuma este assunto como de importância estratégica para o desenvolvimento.

A China já enfrenta problemas sociais resultantes da poluição ambiental. Segundo o levantamento oficial do governo chinês, nas áreas urbanas, 400 milhões (mais de duas vezes a população brasileira) respiram ar “pesadamente poluído” e 15 milhões sofrem de doenças respiratórias causadas pela poluição ambiental. A isto, somam-se questões como a desertificação, a chuva ácida (que atinge um terço do país), a falta de água potável e para irrigação, entre outros problemas que ameaçam o ideal do desenvolvimento chinês.

A passagem de um regime comunista para um regime socialista “de mercado”, tem obtido resultados econômicos invejáveis, como um crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) que está em torno de 9,5%. Esta transição e seus resultados positivos são apontados como conseqüências de aspectos culturais, o que conduz a análise em direção à dimensão sócio-cultural. A grande distância do poder, o coletivismo e masculinidade (HOFSTEDE, 1980) e o conservadorismo tendente à autonomia “são valores culturais que podem explicar a opção chinesa por uma economia socialista de mercado, que compreende ao mesmo tempo a propriedade dos meios de produção pelo Estado e a liberalização da economia, via competição, rumo ao mercado” (CASTRONETO, ITOZ e HAUSSMANN, 2006).

Conforme destacamos, para o presente estudo, o capital social será utilizado como aspecto determinante para a análise da dimensão sócio-cultural. Utilizando o conceito de Araújo (2003), onde o capital social é definido, em um de seus aspectos, como sendo expresso pela capacidade de uma sociedade de estabelecer redes de cooperação com o objetivo de produzir bens coletivos, e considerando a confiança como um dos principais indicadores da existência de capital social, é possível fazer algumas inferências sobre a sociedade chinesa, através da análise sobre a confiança entre os chineses e a confiança destes nas ações do governo.

Muitos autores (BOURDIEU, 2003; COLEMAN, 1988, e LOURY, 1987, apud NAHAPIET e GHOSHAL, 1998) defendem, como coluna vertebral da teoria sobre o capital social, que as redes de relacionamento (conhecimento e reconhecimento mútuo) constituem um importante recurso na condução dos assuntos sociais, o que traz para seus membros um capital coletivo, um valor intangível, que lhes provém benefícios em vários aspectos. Partindo desta consideração, é possível apontar que alguns aspectos sócio-culturais da China, vigentes na atualidade, são influenciadores e, alguns, dificultadores do capital social. Pelo momento histórico de transição, onde a sociedade chinesa está movendo-se entre dogmas, tradições e princípios do passado e os desafios do futuro, a população tem convivido com questões sociais que afetam sua cultura e seu comportamento. Para citar algumas destas questões, - sem a pretensão de esgotá-las -, é possível relacionar o rígido controle da natalidade, a reestruturação das cidades chinesas, a grande massa de população flutuante e o aumento das atividades criminosas.

As ações restritivas ao crescimento populacional, iniciadas em 1979, pelo partido socialista chinês, obrigaram, através do rígido controle da natalidade, o cidadão chinês a ter um único filho e trouxeram mudanças sociais ao país, sendo a disparidade de gêneros uma destas. Quando seguida à risca, a imposição do filho único resulta em um núcleo familiar pequeno, de um único descendente. Em virtude de questões culturais, cabe ao herdeiro masculino continuar a linhagem e cuidar dos pais na velhice, o que resultou e ainda resulta numa grande incidência de abortos seletivo e infanticídios de bebê e crianças do sexo feminino. Em conseqüência disto, hoje, os homens chineses têm uma dificuldade para encontrar companheiras e constituir uma família, pois a população feminina é menor que a masculina, havendo, em 2005, uma proporção de 119 meninos para cada 100 meninas (FAIRBANK e GOLDMAN, 2006)



Além disto, este filho único, na sua vida adulta, terá pais e avós para cuidar, não podendo contar com irmãos, tios ou primos para ajudá-lo, isto traz um reflexo direto na comunidade, pela necessidade de apoio mútuo, principalmente pelo fortalecimento dos laços entre vizinhos.

Nahapiet e Ghoshal (1998) destacam que o tempo é essencial no desenvolvimento do capital social, pois este depende da estabilidade e da continuidade da estrutura social. Assim sendo, é necessário um caminho longo e demorado na obtenção de altos níveis de confiança e de normas de cooperação. Neste sentido, é importante destacar que a reestruturação das cidades chinesas e a migração da população rural para as áreas urbanas têm gerado instabilidade e descontinuidade das relações sociais.

A partir dos anos 90, com os projetos de reestruturação das cidades chinesas, um novo cenário urbano passou a dominar no modelo de desenvolvimento adotado na China, surgindo novos modelos de habitação e regiões com diferentes padrões de moradia, destinadas a diferentes grupos sociais. Obras gigantescas da construção civil, do dia para noite, desaparecem com as edificações de bairros inteiros, substituindo-as por novas estruturas com ares futuristas e de dimensões descomunais (FISHMAN, 2006). Como consequência da destruição das configurações antigas de habitação - bem como a transferência da vizinhança ali existente para outras áreas -, é possível identificar uma ruptura das redes de relacionamento já existentes. Isto dificulta a confiança, a cooperação e a ação coletiva, pois estas estão baseadas em redes de relacionamentos pessoais de longo prazo.

Outro fator a ser destacado é a grande massa de população flutuante, resultado da migração dos habitantes das áreas rurais para as áreas urbanas – hoje, uma das maiores ameaças ao bem montado plano de desenvolvimento chinês, pois é uma variável que não é mais passível de controle no atual estágio de mobilidade social. Este fenômeno resulta em mudanças sociais profundas, pois as pessoas ao migrarem para os grandes centros urbanos deixam para trás seus costumes, seu estilo de vida e seus “conhecidos”, deslocando-se para lugares nos quais possuem pouca ou nenhuma rede de relacionamento. Esta realidade também agrava a manutenção dos sentimentos de confiança e cooperação na sociedade chinesa.

O aumento das atividades criminosas – resultante, em grande parte, de um controle governamental menos rígido, de uma corrupção oficial cada vez maior e do surgimento de ramificações do crime organizado, as quais incluem atividades de prostituição, pirataria de produtos, contrabando, extorsões, entre outros -, é outro fator que provoca mudanças sociais com consequências negativas para o capital social, pois provoca o aumento do grau de desconfiança da sociedade para com elementos externos à rede de relacionamentos, dificultando a inclusão de novos membros e, portanto, o alargamento do capital social.

No entanto, é possível visualizar a presença de fatores que favorecem o desenvolvimento do capital social, como por exemplo o coletivismo presente na sociedade chinesa, o qual não mostra sinais de arrefecimento (CASTRO NETO, ITOZ e HAUSSMANN, 2006), e que, por causa da tradição, tem alimentado profundamente as relações entre vizinhos. Um exemplo claro da importância que os chineses dão às redes de relacionamento entre vizinhos, é criação do Festival dos vizinhos, que ocorre em algumas cidades chinesas (como Tianjin, Hangzhou e outras), o qual tem o objetivo de revitalizar e estreitar as relações de vizinhança.

Na investigação sobre o capital social chinês, outro elemento a ser analisado é a confiança dos cidadãos nas instituições e autoridades. A existência de alto nível de confiança do povo chinês quanto ao desenvolvimento do país e, em relação direta, à atuação eficaz do governo, pode ser inferida através da afirmação de Fishman (2006, p.20): “...a China está tão dedicada ao crescimento econômico que muitas vezes os chineses falam como se fosse uma questão de vontade. É um otimismo necessário, que inunda os meios de comunicação ... Não apenas na imprensa e nos comunicados oficiais, mas também nas conversas corriqueiras”.



O autor, ainda destaca que Orville Schell, autor de *Virtual Tibet* e decano de escola de jornalismo da Universidade da Califórnia em Berkeley, numa análise sobre a forma de pensar dos chineses, verificou que “estes [os chineses] demonstram uma unidade de pensamento, primeiro em relação ao anticapitalismo, e agora em relação ao capitalismo”, argumentando “que em ambos os casos há uma disposição de deixar de lado a lógica e ver somente um futuro brilhante” (FISHMAN, 2006, p.20).

Ainda em relação ao comportamento chinês, Fishman (2006, p.41), destaca que “grande parte do desenvolvimento chinês recente, tem sido financiado por uma fortuna em gastos de dinheiro público emprestado sem dar grande importância à viabilidade econômica do empreendimento” e que “por enquanto, o otimismo continua a sustentá-lo, e existe todo um aparato social para assegurar sua continuidade”. Ou seja, a continuidade do desenvolvimento está amparada por um comportamento social fundamentado em um otimismo fomentado pelo governo e, ao que parece, legitimado pelo cidadão chinês.

Cabe salientar que, embora haja este otimismo no futuro, existem também aspectos preocupantes no que tange ao comportamento ideológico, na China. Orville Schell (apud BUARQUE, 2006, p. 2) analisa o legado de Mao Tsé-Tung como sendo um vácuo na vida cultural, intelectual e acadêmica deste país, afirmando que, hoje, “o pensamento chinês está profundamente afetado pelo niilismo” e que “a Revolução Cultural destruiu a cultura nacional”, deixando em seu lugar “um vácuo no qual se introduziu a cultura comercial mais potente que o mundo já conheceu”, referindo-se à cultura do consumo. Este fato enfraquece a sociedade civil, a política e a cultura como um todo. Um dos fatores que mais preocupam Schell, nesse pensamento niilista e mercantilista que vê como unânime na China, é o fato de que a economia não pode ser a única base de sustentação social. “As pessoas estão agindo como se a China fosse imune a ciclos econômicos, o que ela tem sido por algum tempo, mas dificilmente o será sempre”. Segundo ele, não é possível prever o futuro do país, quer seja como uma grande potência político-econômica ou mesmo como uma nação falida econômica e socialmente.

Embora não seja possível prever o futuro, é possível concluir, após breve análise das dimensões consideradas, que: a) quanto às dimensões econômica e político-institucional existem sinais para a sustentabilidade; b) no que se refere à dimensão sócio-cultural, existem grandes elementos dificultadores do fortalecimento do capital social; e c) na dimensão ambiental, encontra-se o maior entrave à sustentabilidade, pois os problemas relacionados a esta dimensão já tomaram grandes proporções.

Após estas considerações, cabe retomar a questão norteadora deste estudo: Será que os futuros administradores brasileiros estão conscientes de todos os fatores que influenciam o desenvolvimento de um país? Como um grupo de alunos de administração percebe a sustentabilidade do desenvolvimento chinês?

4 O caminho metodológico

Até este ponto esperamos ter alcançado o objetivo de destacar uma visão ampliada do desenvolvimento, com destaque para a dimensão sócio-cultural e em especial, o capital social.

Para o segundo objetivo, foi escolhido como *locus* de estudo o Centro de Ensino Superior Cenequista de Farroupilha, CESF, mantido pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, - uma Instituição de Ensino Superior Comunitária - que iniciou suas atividades acadêmicas em 1996, atendendo aos anseios da comunidade farroupilhense e da região em ter uma Instituição de Ensino Superior. Situado na cidade de Farroupilha (RS), o CESF tem aproximadamente 600 acadêmicos, distribuídos nos cursos de graduação em Administração de Empresas, Gestão em Sistemas de Informação, Bacharel em Turismo e Normal Superior e Pós-Graduação em nível de Especialização nas áreas da Gestão da Produção, e Marketing Estratégico, além dos cursos superiores de curta duração.

Conforme já explicitamos, buscamos analisar a percepção dos estudantes de Administração frente à crescente competitividade da China, comparativamente ao Brasil.



Para tanto, foi necessário proporcionar aos alunos subsídios para que os mesmos pudessem desenvolver uma opinião crítica a respeito do tema. Assim sendo, foi promovido um seminário abordando a questão “China”, como um todo: aspectos econômicos, políticos, sociais, ambientais e culturais.

A amostra do estudo é não-probabilística e foi escolhida por conveniência, utilizando-se os alunos do curso de Administração, mais especificamente da disciplina de Administração da Produção. Após o seminário – o qual se estendeu por três aulas – foram realizadas entrevistas estruturadas com os alunos, nas quais estes foram inquiridos sobre o seguinte:

1. “O desafio do Brasil não é imitar a China, mas manter a estabilidade. Não imagino que outros países possam imitar o modelo chinês” (SOLOW, 2006). Comente: (a) por que não é possível imitar o crescimento chinês? (b) o que o Brasil pode fazer para aumentar seu crescimento econômico?
2. “A China reúne tantas especificidades que uma comparação com o Brasil, ou qualquer outro país, pode parecer forçada. Visitar um grande centro de ensino permite vislumbrar um dos muitos paradoxos chineses: os professores são bons, os equipamentos, modernos, e os alunos, comparáveis, em padrões de comportamento, aos países desenvolvidos. Mas existe, sim, o controle da livre expressão típico dos regimes autoritários, a internet é censurada e não se fala em assuntos tabus, como a explosão estudantil que redundou no massacre da Praça da Paz Celestial, há dezessete anos” (WEINBERG, 2006). Comente: que conseqüências positivas e negativas este ambiente pode trazer à China?

Para análise dos resultados, foi utilizada a análise de conteúdo, uma vez que se trata de uma ferramenta de investigação cuja finalidade é a interpretação dos conteúdos comunicados, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa destes conteúdos. A análise de conteúdo permite a explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e de sua expressão. Trata-se de um conjunto de “técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 1977, p. 42).

As etapas de organização e análise dos dados de campo seguiram as recomendações dessa técnica, a qual estabelece as seguintes fases: (a) pré-análise – é a fase de organização propriamente dita, onde são escolhidos os documentos a serem analisados, formuladas as hipóteses e os objetivos, e elaborados os indicadores que fundamentam a interpretação final; (b) exploração do material – que pode compreender operações de codificação, em função do que foi definido na pré-análise; (c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação – os resultados são tratados de maneira a serem significativos e válidos de modo a permitir a proposição de inferências e interpretações de acordo com os objetivos propostos ou a partir de descobertas inesperadas (BARDIN, 1977).

As categorias de análise foram previamente definidas, e foram derivadas do estudo de Silveira; Bocayuva e Zapata (2001), o qual apresenta a metodologia Gespar (utilizada pelo Banco do Nordeste em seus projetos sociais participativos, com foco no desenvolvimento local).¹

A perspectiva de desenvolvimento local proposta no projeto do Banco Nordeste/PNUD envolve o fomento de uma nova forma de gestão pública, tendo como ponto de partida os recursos locais, como o capital humano e social. Supõe maior participação social nas estruturas de poder e o resgate das identidades culturais locais. Busca também estimular e apoiar processos de organização sócio-empresariais e sua vinculação a cadeias produtivas (SILVEIRA; BOCAYUVA E ZAPATA, 2001).



Nesta visão, o Desenvolvimento Local pressupõe um novo paradigma de desenvolvimento humano, que se orienta por resultados em quatro dimensões (SILVEIRA; BOCAYUVA E ZAPATA, 2001, p.42-43):

1. Econômica: resultados econômicos, com adequados níveis de eficiência através da capacidade de usar e articular fatores produtivos endógenos para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas locais e integrando redes de pequenas empresas;
2. Sócio-cultural: maior equidade social, através da maior participação do cidadão nas estruturas do poder, tendo como referência a história, os valores e a cultura do território;
3. Político-institucional: novas institucionalidades que, através da expressão política e maior participação dos segmentos sociais, permitam a construção de políticas territoriais negociadas entre os agentes governamentais, do mercado e da sociedade civil, gerando um entorno inovador favorável às transformações da economia local e o resgate da cidadania.
4. Ambiental: Compreensão do meio ambiente como ativo de desenvolvimento, considerando o princípio da sustentabilidade ambiental em qualquer opção transformadora.

A análise dos resultados mostra, a seguir, as dimensões percebidas pelos futuros administradores como mais relevantes para que o Brasil consiga responder ao desafio frente à competitividade chinesa.

5 Resultados sobre a percepção dos futuros administradores com relação ao modelo de desenvolvimento chinês

Cada resposta foi classificada segundo as quatro dimensões acima citadas, utilizando para tanto a análise temática. Como por exemplo, na seguinte afirmação: “A mão-de-obra na China é muito barata e as jornadas de trabalho são de 12 horas. O Brasil já possui legislação trabalhista, que defende a jornada de trabalho e o salário mínimo. No Brasil, apesar de haver 50 milhões de brasileiros abaixo da linha de pobreza, mesmo estes não trabalhariam apenas por um teto”. De acordo com a classificação, o primeiro trecho diz respeito a aspectos econômicos, o segundo, está relacionado à dimensão político-institucional e o terceiro, à dimensão sócio-cultural. No total foram entrevistados 17 alunos.

As descobertas do estudo apontam para uma maior preocupação dos estudantes com a dimensão econômica do desenvolvimento, em detrimento da dimensão sócio-cultural, o que pode explicar, ao menos em parte, a dificuldade de construir alternativas próprias que levem em conta a dinâmica social brasileira.

A dimensão econômica foi a mais comentada pelos respondentes, representando 43,9% dos comentários nas duas questões investigadas. De fato, esta dimensão vem recebendo grande repercussão nos meios de comunicação, onde é facilmente visualizado que a China teve um rápido crescimento econômico nos últimos tempos, sendo apontados como principais fatores que impulsionaram esse crescimento, o consumo interno e as exportações. O país conseguiu manter uma média anual de crescimento do PIB de cerca de 10% nos últimos 10 anos (CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA LUSO CHINESA, 2001).

A análise das respostas mostra o entendimento, por parte dos acadêmicos, de que a economia chinesa continua a crescer rapidamente, especialmente devido aos investimentos, às exportações e ao fato da China contar com uma mão-de-obra abundante e barata e de que, neste país, comumente, as jornadas de trabalho chegam a doze horas diárias.

Por outro lado, os respondentes reconhecem que o Brasil teve seu período de crescimento econômico na década de 70, anos do chamado “milagre econômico”; período no qual a média do PIB chegou a níveis próximos aos da China hoje. No entanto, há dez



anos consecutivos, a média anual do PIB brasileiro está abaixo da média mundial (IBGE, 2006).

A segunda dimensão mais comentada foi a político-institucional, com 38,1% dos comentários. Neste contexto foram apresentados, pontos fracos e fortes, como o descaso do governo chinês com relação à falta de legislações trabalhistas dignas e o regime repressivo e autoritário do país, de um lado, e as boas escolas e universidades chinesas (qualidade de ensino), de outro. Também nesta dimensão, mas em relação ao Brasil, foi destacada a necessidade de uma reforma tributária, bem como a necessidade de investimentos direcionados à tecnologia e incentivo à agricultura, de modo a fomentar o crescimento do país.

Embora tenha sido observado uma boa percepção das duas primeiras dimensões citadas, verificou-se que o mesmo não acontece para as outras duas – ambiental e sócio-cultural. Somente, em terceiro lugar, com 16,1% dos comentários, aparece a dimensão sócio-cultural, enfoque do presente estudo. Isso mostra que esta dimensão é pouco percebida pelos acadêmicos como um fator importante para um desenvolvimento local sustentável. Os comentários referiram-se apenas ao fato da China ser um país de regime autoritário - o qual controla a livre expressão e censura alguns meios de comunicação com o restante do mundo -, sendo levantada a possibilidade de ocorrerem revoltas populares contra o governo, já que o nível da educação no país é considerado de boa qualidade. Questões como o rígido controle da natalidade, a reestruturação das cidades chinesas, a grande massa de população flutuante e o aumento das atividades criminosas, entre outros aspectos sociais que afetam a cultura e o comportamento da sociedade chinesa, não foram citados pelos respondentes.

A dimensão com menos representatividade foi a ambiental, com 1,9% dos comentários, o que preocupa já que o desenvolvimento na China pode ser comprometido por problemas ambientais enfrentados pelo país. A China sofre, hoje, com um sério aumento da poluição causado pelo rápido e descontrolado crescimento econômico dos últimos anos. Segundo o primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, em declaração na reunião da Agência de Proteção Ambiental chinesa, a China deveria entrar em alerta máximo por causa da piora da poluição ambiental da deterioração ecológica (ABRANCHES, 2006).

O espantoso crescimento do país, por vários anos, usando recursos locais e mundiais em grandes quantidades, encurtou o espaço de tempo em que a agressão continuada ao ambiente se volta contra o desenvolvimento (ABRANCHES, 2006).

O problema está tomando proporções cada vez maiores e, se a economia continuar crescendo em ritmo acelerado, consumindo mais energia, lançando gases nocivos na atmosfera e elevando o número de veículos em circulação, os níveis de poluição poderão duplicar ou triplicar facilmente. O país é o segundo maior emissor global de gases do efeito estufa, e a previsão é de que tome a primeira posição dos Estados Unidos, porque produz energia principalmente a partir de carvão mineral (BUENO, 2005).

Das 20 cidades mais poluídas do mundo, 16 ficam na China. Segundo Robert Watson, cientista sênior do Conselho de Defesa dos Recursos Naturais dos Estados Unidos, aproximadamente um terço do país sofre com a chuva ácida e que, segundo dados de um estudo recente, 400 mil chineses morrem todos os anos de doenças ligadas à poluição atmosférica. Os efeitos serão sentidos no mundo todo, afinal de contas, trata-se de uma área que compreende um quinto da população mundial (BUENO, 2005).

A atenção política é despertada no momento em que o problema ameaça o desenvolvimento da economia e provoca problemas sociais. Na zona rural, inúmeras manifestações ocorrem pelo fato de que 70% dos rios e lagos da China são poluídos e, nas cidades, a poluição do ar chega a níveis tão altos em alguns dias que os médicos aconselham a não sair de casa (BUENO, 2005).

Uma das causas do problema concentra-se na crescente demanda de energia, que provém de fontes como carvão, petróleo e combustíveis fósseis, necessária para atender as



indústrias locais que encontram-se em ritmo acelerado e para atender as novas instalações (RIFKIN, 2005).

Outra questão preocupante é a do automóvel. Devido ao crescimento econômico, muitos chineses estão melhorando suas condições de vida e com isso, há um aumento crescente da aquisição do automóvel. Um obstáculo é o fato de que existem inúmeras empresas automobilísticas instaladas na China e que rendem milhões em impostos para o governo. Muitas vezes a fiscalização fecha os olhos para estas empresas poluidoras, pelo fato dos impostos (BUENO, 2005).

Neste sentido, já está prevista uma queda no crescimento econômico, pois não haverá energia suficiente para manter as indústrias no atual ritmo em que se encontram. A velocidade do desenvolvimento chinês está comprometendo as bases de sustentação do modelo.

Retomando a análise das percepções dos estudantes pesquisados, vemos que – ao apontar eminentemente aspectos econômicos - os futuros administradores não demonstram um entendimento completo no que diz respeito ao desenvolvimento local, ou no caso, desenvolvimento de um país emergente como a China, uma vez que os aspectos mais lembrados foram os econômicos e os político-institucionais, enquanto os aspectos sócio-culturais e ambientais foram pouco citados.

A não-percepção da dimensão sócio-cultural - e também a dimensão ambiental - mostra que os futuros gestores brasileiros desconhecem os potenciais que o desenvolvimento destas dimensões pode trazer para um modelo sustentável.

6 Considerações Finais

O capital social é erodido por fatores que fazem com que as pessoas sejam menos dependentes entre si, especialmente com relação à questão relacional do capital social – confiança, normas, obrigações e identificação social. Por exemplo, expectativas e obrigações são menos importantes quando as pessoas têm diferentes alternativas. Inclusive o atual interesse pela questão da confiança pode ser em parte atribuído à erosão da interdependência e solidariedade sociais.

Diferente de outras formas de capital, o capital social aumenta com o uso. A interação é, portanto, uma pré-condição para o desenvolvimento e a manutenção do capital social. Principalmente, a dimensão relacional do capital social (como, confiança, normas, obrigações e identificação social) cresce em redes onde os elos são fortes, multidimensionais e recíprocos. Democracia, acesso à informação e ao conhecimento, e distribuição de riqueza são componentes fundamentais na busca da sustentabilidade do desenvolvimento.

Com este estudo, não esperamos, evidentemente, generalizar os resultados, sabendo do impacto de vieses como tamanho da amostra, natureza da pesquisa e aspectos culturais dos respondentes. Mas apesar disso, pretendemos despertar a relevância do tema e utilizar o estudo como base e justificativa para um projeto de pesquisa sobre a relação entre capital social e a competitividade de diferentes nações. A pesquisa seguirá com o objetivo de ampliar a análise partindo-se para um estudo de natureza quantitativa cujo objetivo será, num primeiro momento, analisar as percepções dos estudantes brasileiros e, num segundo momento, incluir outros públicos envolvidos – *stakeholders* – como governo, empresas e sociedade civil.

Como vimos, o capital social reside nas relações; e as relações são criadas através de trocas. Os padrões de relações construídas através destes elos são a base do capital social. Trata-se de um complexo processo dialético, no qual o capital social é criado e sustentado através de trocas e as quais, por outro lado, são facilitadas pelo próprio capital social. Como por exemplo, podem-se citar as evidências que demonstram que quando há confiança mútua, são maiores as chances dos indivíduos envolverem-se em atividades cooperativas.



Se o capital é um ingrediente fundamental para o desenvolvimento, o que se pode fazer para fortalecer a sociedade civil nas comunidades e países onde ela é fraca ou está dividida? É possível moldar a sociedade civil ou esta deve surgir organicamente, num processo de desenvolvimento não planejado, de baixo para cima?

Estas são perguntas que estão motivando os pesquisadores a estudarem as formas de manifestação e de fortalecimento do capital social e da comunidade cívica. Quaisquer esforços neste sentido devem reconhecer e explorar os papéis do capital social no alcance do crescimento econômico e do bem-estar social. O caráter público do capital social e a tendência de produzi-lo a partir de fatores não-econômicos constituem fortes motivos para que se desenvolvam políticas públicas visando encorajar, estimular e subsidiar a formação de capital social – e aumentar assim, a competitividade de uma nação.

Referências Bibliográficas

- ABRANCHES, S. O Pesadelo Chinês. **(O) Eco**. 04 out.2006. Disponível em: <<http://arruda.rits.org.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=6&pageC... - 66>>. Acesso em: 19 nov. 2006.
- ALVES, M. A. O conceito de sociedade civil: em busca de uma repolitização. In: Colóquio Internacional sobre Poder Local, 9, 2003, Salvador. **Anais...** Salvador, 2003, 1 CD.
- ARAUJO, M. C. S. D'. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 66p. [Coleção Passo a Passo, v. 25].
- BANCO MUNDIAL. Dados sobre a China, acessados em 17 dez. 2006. Disponíveis em: www.bancomundial.org/datos/datos_pais.html
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 228p.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003a. 322p.
- BOURDIEU, P. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 4 ed. Campinas: Papyrus, 2003b. 224p.
- BUARQUE, D. **Mao deixou vazio cultural na china, dizem acadêmicos**. Seção Mundo do site de notícias //g1.globo.com/Noticias/Mundo de 08/09/2006. Acessado em 22/11/2006.
- BUENO, R. **Diretor de agência estatal chinesa declara que poluição vai quadruplicar; país será o maior emissor de gases-estufa**. Reportagem publicada em 07/11/2005. Disponível no site: www.inovacao.unicamp.br/report/le-china-poluicao.shtml. Acesso em 10/10/2006.
- CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA LUSO CHINESA. **Em análise: China, oportunidades e desafios**. (2000 – 2001). Disponível em: <http://www.ccil-c.pt/ea041.asp>. Acesso em 06/09/2006.
- CASTRO NETO, J. L. C.; ITOZ, C.; e HAUSSMANN, D. C. S. **Governança corporativa e a diversidade cultural: estudo comparativo de Brasil, França e China**. SIMPOI 2006. Do site www.simpoi.fgvsp.br Acessado em 20/11/2006.
- CHRISZT, M.; WHISLER, E. **O crescimento econômico da China**. Site do Federal Reserve Bank de Atlanta, 2006. Disponível em: <http://www.frbatlanta.org/invoke.cfm?objectid=4E9D864F-5056-9F06-99A3407F78781233&method=display>> Acesso em 20 ago 2006.
- COLEMAN, J. S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990. 993p.
- D'AVILA NETO, M. I. A Porta, a Ponte e a Rede: Reflexões para pensar (o conceito de) rede e (o conceito de) comunidade. In: D'AVILA NETO, M. I. e PEDRO, R. M. L. R. (org.) **Tecendo o Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: MAUAD: Bapera Editora, 2003. p.13-28.



- DLIS. Rede DLIS. <Disponível em: <http://www.rededlis.org.br>>. Acesso em: 27 mar. 2003.
- FAIRBANK, John King e GOLDMAN, Merle. **China – Uma Nova História**. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- FISCHER, T. e MELO, V. P. Gestão Social do Desenvolvimento e Interorganizações. In: Colóquio Internacional sobre Poder Local, 9, 2003, Salvador. **Anais...** Salvador, 2003, 1 CD.
- FUKUYAMA, F. **A grande ruptura**: a natureza humana e a reconstituição da ordem social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. 344p.
- FUKUYAMA, F. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. 455p.
- GOHN, M. G. M. **Imagens da China Hoje**. Universidade Estadual de Campinas. Do site: www.bibli.fae.unicamp.br/revcms/mgg1/htm Acessado em 17/11/2006.
- HIRSCHMAN, Albert O. Against Parsimony: three easy ways of complicating some categories of economic discourse. **American Economic Review**, 74:93, 1984.
- HOFSTEDE, G. **Culture's consequences**: international differences in work-related values. Beverly Hills: Sage Publications, 1980.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível no site: www.ibge.gov.br. Acesso em 25/10/2006.
- INOJOSA, R. M. Redes de Compromisso Social. **Revista de Administração Pública**, 33 (5):115-141, 1999.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Ação Social das Empresas**: avanços e desafios. <Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/asocial>>. Acesso em: 08 maio 2003.
- MILANI, C. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local**: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). Site da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Disponível em www.adm.ufba.br/capitalsocial. Acesso em 08 de junho de 2004.
- MONASTÉRIO, L. M. Medindo o capital social: uma análise das regiões do Rio Grande do Sul. In: CORREA, S. M. S (org.). **Capital Social e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 61-84.
- NAHAPIET, J. e GHOSHAL, S. Social capital, intellectual capital and the organizational advantage. **Academy of Management Review**, 23(2):242-266, 1998.
- ONYX, J. e BULLEN, P. Measuring Social Capital in Five Communities. **The Journal of Applied Behavioral Science**, 36 (1), 23-42, march, 2000.
- POLUIÇÃO mata 400 mil pessoas todos os anos na China. Notícia de 25/10/2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u13917.shtml>> Acesso em 10/08/2006.
- PORTES, A. Social capital: its origins and application in modern sociology. **Annual Review of Sociology**, 24(1), p.1-24, aug., 1998.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 260p.
- RIFKIN, J. **A ilusão chinesa**. Revista Exame de 19 de janeiro de 2005, p. 46 a 48.
- SANTOS JUNIOR, O. A. **Democracia e Governo Local**: dilemas e reforma municipal no Brasil. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2001. 248p.
- SILVEIRA, C.; BOCAYUVA, C.; ZAPATA, T. **Ações integradas e desenvolvimento local**: tendências, oportunidades e caminhos. São Paulo: Polis/Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 56p.



SOLOW, R. **Porque o Brasil não cresce como a China e a Índia?** Revista Veja, 16/08/2006, p.90.

VEJA ON-LINE. **ECONOMIA – o novo gigante do mercado.** Texto disponível em: <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/china/economia.html>. Acesso em 05/09/2006.

WEINBERG, M. **Revolução na sala de aula.** Revista Veja, 09/08/2006, p. 126.

ⁱ Em 1993, o Banco do Nordeste celebrou Convênio de Cooperação Técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a partir do qual desencadeou-se o processo aqui resumido e destacado como importante referência, na gestação da experiência brasileira de apoio ao desenvolvimento local. O Projeto Banco do Nordeste/PNUD foi concebido, inicialmente, para apoiar a implementação de projetos associativistas no meio rural da região Nordeste. Já em seus primeiros anos, por pressão da demanda, teve seu eixo de atuação ampliado do rural para o urbano. As ações de capacitação tiveram sua abrangência ampliada, passando a envolver também os municípios, sob o enfoque - em elaboração - do desenvolvimento local. Ampliando sua concepção e seu desenho, consolidou-se nesse processo a Metodologia GESPAR (Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local).